



DECRETO Nº 2.234, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a concessão de folga para os servidores que prestarem serviço para o exercício das funções de presidente, mesário, comissão especial eleitoral e demais servidores convocados na eleição para Conselheiro Tutelar, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLADOR, RS, Sr. João Alberto Aquino Gomes, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorre em data unificada, em todo o território nacional, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, nos termos do disposto no §1º, do art. 139, da Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que, em 2023, o processo de escolha será realizado no dia 1º de outubro;

CONSIDERANDO que, no Município de Rolador, serão utilizados 10 (dez) locais de votação;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública em garantir que o pleito transcorra dentro dos ditames do Estado Democrático de Direito, assegurando a igualdade de participação de todos os candidatos, bem como do exercício do direito ao voto pelos cidadãos eleitores;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 112 de 08 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a implantação, estrutura, processo de escolha e funcionamento dos Conselhos Tutelares do Município de Rolador;

DECRETA:



Art. 1º Fica determinada a concessão de folga aos servidores que prestarem serviço para o exercício das funções de presidente, mesário, comissão especial eleitoral e demais servidores convocados na eleição para Conselheiros Tutelares, a ser realizada em 1º de outubro de 2023.

§ 1º O servidor interessado deverá se inscrever juntamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a servidora Vanessa Antunes, membra da Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No ato da inscrição, o servidor deverá indicar qual seção possui interesse de prestar o serviço. Havendo mais de um inscrito para a mesma seção, será realizado sorteio.

§ 3º Serão considerados titulares os primeiros 22 servidores inscritos, os quais farão jus à compensação especial e os demais serão considerados como suplentes.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, publicará até o dia 15 de setembro de 2023, a lista dos servidores considerados aptos, contendo a seção e o local de votação.

§ 5º É vedado o exercício das funções de que trata o caput deste artigo aos servidores que se enquadrarem na situação de cônjuge, parente, ainda que por afinidade, até o segundo grau, de candidatos ao Conselho Tutelar.

Art. 2º Os servidores públicos municipais que comprovarem o exercício das funções listadas no artigo 1º, serão dispensados das suas funções e farão jus a 2 (dois) dias de folga, sem prejuízo do salário, vencimento ou outra vantagem.

§ 1º Os servidores públicos municipais que exercerem as funções, receberão vale alimentação.

§ 2º O gozo do benefício de que trata o caput será definido pela chefia imediata do servidor, sendo vedada a conversão da folga em retribuição pecuniária.

§ 3º Cada Secretaria deverá encaminhar ao DEPEL, até o dia 23 de outubro do corrente ano, a relação dos servidores que prestaram serviço na eleição bem como os dias que serão compensados.

§ 4º A compensação será concedida impreterivelmente até o dia 31 de dezembro de 2023.

Art. 3º O descumprimento do disposto neste Decreto, bem como a eventual



desídia no cumprimento dos deveres inerentes ao servidor público, sujeitará os infratores às sanções disciplinares prevista em lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Rolador, em 11 de Setembro de 2023.

João Alberto Aquino Gomes
Prefeito

Registre-se. Publique-se.

Jean Abel Halmenschlager Carloto
Secretário Municipal da Gestão e Governo